

## AS MULHERES CAMPONESAS E O ROMPIMENTO COM A CULTURA SUBALTERNA

**Isaura Isabel Conte\***

**Noeli Valentina Weschenfelder\*\***

### Resumo

Este artigo busca fazer uma abordagem sócio-histórico-cultural elucidando as mulheres camponesas, na tentativa de mostrar avanços em vista da superação da inferioridade construída e atribuída a elas historicamente na sociedade patriarcal. Para tanto, serão trazidos elementos desde o campo de reivindicação por políticas públicas à conquista de empoderamento e libertação, sendo ressaltado a importância da participação e da construção de Organizações de Mulheres. Os dados apresentados são oriundos de pesquisas bibliográficas além de elementos da inserção militante no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) com aplicação de questionários a 70 militantes do MMC de vinte e quatro municípios de sete regiões do estado do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Mulheres camponesas. Lutas. Organização. Empoderamento. Cultura.

Consideramos que a discussão sobre o rompimento da cultura subalterna evidenciando como sujeitos as mulheres camponesas seja pertinente, pois, em grande medida, elas foram invisibilizadas na história considerada oficial. Na atualidade essas mulheres têm demonstrado força organizativa, especialmente, por meio de Movimentos, sendo que isso lhes possibilita maior visibilidade e consideração.

Através deste artigo, buscamos ampliar as discussões acerca da importância de as mulheres se colocarem e se manterem na luta em vista da igualdade substantiva<sup>1</sup> de gênero, haja visto que vivemos numa sociedade patriarcal<sup>2</sup>, a qual, ainda em grande medida, nos subjuga e inferioriza. A abordagem feita explícita de forma especial as mulheres camponesas,

---

\* Pedagoga e mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br.

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: noeli@unijui.edu.br.

<sup>1</sup> Mészáros (2002) argumenta que a igualdade substantiva é aquela que se dá em todos os sentidos entre os seres humanos, indo além do campo legal de direitos. Segundo o autor, a igualdade substantiva implica, inclusive, em desenvolvimento sustentável, em outra sociedade baseada em outros valores (no caso, socialista).

<sup>2</sup> Do patriarcado, o qual se estabelece com base na superioridade masculina no período entre 20.000 a 10.000 anos a.C, quando a sociedade primitiva deu lugar à sociedade escravocrata, já com o germe do capitalismo, segundo Muraro, (2004).

devido à ocultação e ao silenciamento, somado aos estereótipos atribuídos a elas ao longo dos tempos. Concorde-se, porém, que já foram dados passos importantes rumo a formas de empoderamento,<sup>3</sup> especialmente do período de pós-redemocratização no Brasil.

Ressalta-se a importância dos avanços legais obtidos na Constituição Federal de 1988, com relação às camponesas, visto que nesta é reconhecida a profissão de trabalhadoras rurais, ou seja: elas conquistam o direito a uma identidade própria como trabalhadoras. Decorrente disso, boa parte das mulheres camponesas continuam organizadas para que tais direitos reconhecidos sejam implementados na prática.

Os dados aqui apresentados são oriundos de pesquisas bibliográficas e de campo, bem como de inserção militante junto ao MMC do Rio Grande do Sul. Como instrumentos para a coleta dos dados foram utilizados observações, conversas informais e aplicação de questionários a setenta mulheres militantes do MMC RS, de sete<sup>4</sup> diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo um total de vinte e quatro municípios.

As observações, devidamente registradas em diário de campo, aconteceram entre 2009 e 2010, sendo acompanhados processos de organizações cotidianas da vida das mulheres e momentos de inserção nas lutas e definições coletivas da Organização.<sup>5</sup> Os questionários foram aplicados em 2009 a mulheres da base, da direção e da coordenação estadual do MMC, contemplando assim, todas as instâncias organizativas do Movimento. Os mesmos contaram com questões abertas e fechadas exigindo análise quali e quantitativa, pois esta foi uma parte da pesquisa do curso de Mestrado em Educação.

Achamos pertinente desenvolver e apresentar o tema em três seções, sendo que, na primeira, contextualizamos as desigualdades existentes entre mulheres e homens, problematizando como estas foram se consolidando historicamente. A explicitação desta parte mais histórica serve de base para o entendimento do porquê das discriminações sofridas pelas mulheres nos dias atuais, quando se esperaria que a sociedade contemporânea não tivesse mais tais “feridas”. Dados de pesquisas recentes apontam, porém, marcas profundas de violência contra o sexo feminino, o que nos leva a refletir sobre as consequências da cultura

---

<sup>3</sup> De acordo com Deere e León (2002), o empoderamento da mulher desafia as relações familiares patriarcais pois implica desempoderamento masculino na sociedade patriarcal. É o poder da mulher sobre os bens, sobre as decisões, sobre si e sua sexualidade.

<sup>4</sup> Compreendendo a Região de Palmeiras das Missões, municípios de (Palmeira das Missões, Sagrada Família, Cerro Grande e Jaboticaba); região Planalto (Ronda Alta e Rondinha); região Missões I (Doutor Maurício Cardoso, Horizontina e Boa Vista do Buricá); região Santa Maria (Nova Palma, Julio de Castilho, Pinhal Grande e Tupaciretã); região Cruz Alta (Panambi, Cruz Alta e Catuípe); região Litoral (Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba e Maquiné), e, região Altos da Serra (Paim Filho, Sananduva, Ibiaçá e Caciue Doble).

<sup>5</sup> No Rio Grande do Sul, da OMR, criada em 1983, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) em 1989, que mais tarde, em 2004, é aglutinado ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em âmbito nacional.

patriarcal.

Na seção seguinte do artigo, trazemos elementos que explicitam reações organizadas das mulheres com vistas à superação da inferioridade, o que nos permite certo ânimo, inclusive por fazermos parte de um pouco de tais construções. É dada ênfase à contribuição do debate feminista e sua relação com o rompimento dos silêncios e, para tanto, nada melhor do que explicitar algumas vozes das mulheres pesquisadas trazidas nos questionários e observações.

Por último, quando escrevemos sobre as ousadias e o empoderamento, apresentamos alguns resultados em forma de reflexões sobre o que foi proporcionado pela pesquisa. Desde já, ressaltamos que o fato de expor considerações finais não significa o esgotamento do tema, ao contrário. Esperamos que, a partir dessas elaborações, fruto de conversas de muito tempo, de aprendizados conjuntos, partilhas de alimentos, informações, estudos, angústias, ousadias, rebeldias, contribuição em carregar sacolas e crianças nas ações da luta do MMC/RS e no cotidiano, muito se tem ainda a estudar e propor.

### A construção da cultura subalterna das mulheres no patriarcado

Do ponto de vista da subalternidade das mulheres, ressaltamos que o patriarcado é algo bastante recente se considerada a existência humana no planeta. De acordo com Muraro (2002), as relações entre os gêneros, nas quais as mulheres passam a ser consideradas inferiores, são constituídas a partir das sociedades agrário-pastoris. Anterior a este período, a maioria das formas de organizações sociais eram matrilineares, com poder circular e compartilhado entre mulheres e homens e, decorrente disso, níveis consideravelmente menores de violência entre os grupos humanos. A partir da autora, salientamos que as sociedades matrilineares não necessariamente foram perfeitas, tampouco poderia se afirmar que as mulheres detinham todo o poder ou controle, entretanto, imagina-se que não eram subestimadas e dependentes o quanto passaram a ser com o estabelecimento do patriarcado.

Ainda segundo a mesma autora (2002, p. 64), com a vigência do patriarcado, “a mulher fica mergulhada no reino da natureza, enquanto o homem aloca para si mesmo o da cultura”. Dessa forma, na cultura patriarcal os homens, segundo Gebara (2002) se apoderam do mundo das decisões e legitimam seu poder, ao passo que, este é simultaneamente negado às mulheres. Mediante tais considerações, pode-se constatar que a subordinação do sexo feminino, é anterior à existência da sociedade de classes, portanto, algo mais difícil de ser

percebido pelo fato de que passou a fazer parte da “normalidade” cotidiana.

Contudo, não podemos omitir que, diante das formas de opressão impostas às mulheres pela cultura patriarcalista, a qual passou a ser, também, consentida e reproduzida pelas próprias mulheres, houve muitas reações por parte delas. Se as mulheres foram consideradas perigosas e por isto colocadas sob vigilância, em contrapartida, eram praticamente obrigadas a transgredir para viver. De outro modo, se supõe que algumas delas detinham algum poder, visto que nenhuma forma de controle e imposição consegue ser absoluta.

Pode-se afirmar que o patriarcado foi se estabelecendo lentamente, tanto que não é possível situá-lo em um período histórico fixo. Constatase, no entanto, que o mesmo se consolidou à custa de violência física, moral e psicológica, sobretudo, contra as mulheres e, desta forma, impôs-lhes o medo, a vergonha e a culpa, ou seja: houve um convencimento forçado de que são inferiores e, devido a este motivo, inculcou-se a ideia de submissão frente ao masculino.

Gebara (2002) argumenta que, no patriarcado, via de regra, as mulheres são convencidas de que não têm poder e, sendo assim, o homem constituído de poder está no centro dos desejos das mulheres, que por sua vez, são consideradas frágeis e dependentes. Segundo a autora, o fato de que, milenarmente elas aprendem que esta seria a normalidade, romper com tal cultura torna-se bastante difícil, porém, não impossível de se conseguir, tendo em vista as próprias contradições da sociedade patriarcal.

Sobre a argumentação da autora, podemos constatar que realmente há uma cultura de inferioridade nas mulheres, e, devido a este fato, a reproduzem, em grande medida, de geração em geração, consciente ou inconscientemente. Por isso, na maioria dos casos em que é explícita a identidade subalterna das mulheres, elas se colocam de modo servil aos homens, pois eles são considerados superiores e seu parâmetro de segurança.

Acima de tudo, podemos afirmar que a sociedade patriarcalista concede inúmeros privilégios aos homens, com relação às mulheres. Obviamente, há uma grande diferença de poder e de dominação entre um homem rico e outro empobrecido, no entanto, a dominação está implícita pelo fato de ser homem. Sendo homem da classe subalterna, sofre dominação de classe, mas não de gênero e, neste aspecto, Bourdieu afirma que: “o dominante é também dominado, mas por sua dominação – o que, evidentemente, faz uma grande diferença” (1995, p. 158).

Consideramos importante levar em conta a sociedade de classes como geradora de exploração e opressão sobre as pessoas, mas, de outro modo, acreditamos que a situação das

mulheres não será resolvida com transformações apenas de cunho classista ou economicista. Deste ponto de vista, as modificações culturais são imprescindíveis, pois a dominação perpassa a cultura e vai se perpetuando ao passo que é legitimada em comportamentos e ações cotidianas. Assim, cabe trazer a reflexão de Canclini (2007, p. 41), enfatizando que a cultura “abarca o conjunto de processos sociais de reprodução, circulação e consumo da significação da vida social”.

Na argumentação de Garrafa (2008) a cultura constitui uma totalidade que compreende o universo simbólico em que atuam os humanos. Desta forma, nela estão incluídos desde os bens materiais, objetos simples e expressões de arte, até formas de comportamentos frente à realidade. Para o autor, a cultura é a configuração das ideias, crenças e obras dos seres humanos, as quais orientam valores e se manifestam em seus atos e nos artefatos criados.

A partir das conceituações dos autores, consideramos que a discussão de cultura vinculada às mulheres, tanto na consideração de ideias ou crenças, quanto no conjunto de processos sociais de reprodução, o universo feminino foi e continua sendo cercado de imaginários estereotipados. Muitas das crenças e credences que se tornaram populares, obviamente não fazendo parte somente do contexto popular, são discriminatórias com relação às mulheres. Tais configurações intensificam e perpetuam a violência simbólica,<sup>6</sup> cuja ação

impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante na medida em que não dispõe, para pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação (Bourdieu, 1995, p. 142).

Constamos que é bastante evidente a presença da violência simbólica se analisada a sociedade atual e sua forma de organizar, distribuir ou concentrar poder. Ela pode ser percebida quando observa-se com minuciosidade as suas consequências, em forma de estatísticas, por exemplo. Há de se considerar, no entanto, que, em geral, as estatísticas não dão conta de mapear a totalidade e, muito menos, quando se trata de violência.

Para ilustrar um pouco de como a violência simbólica, organizada pelo patriarcado, vitima as mulheres e as exclui do universo de poder e das decisões, consideramos importante

---

<sup>6</sup> Bourdieu descreve a violência simbólica como “uma dimensão de toda a dominação e que constitui o essencial da dominação masculina, sem fazer intervir o *habitus* e sem colocar, ao mesmo tempo, a questão das condições sociais das quais ele é produto, e que são, em última análise, a condição oculta da eficácia real dessa ação aparentemente mágica” (1995, p. 143).

tomar como referência a SOF<sup>7</sup> (2005), que segundo estudos realizados, constata que do total de empobrecidos do mundo, 70% são mulheres, a maioria negras. Segundo a mesma fonte, são as mulheres que realizam dois terços do trabalho do mundo e, em contrapartida, recebem em salário o equivalente a um terço. Na distribuição das cifras e dentre os (as) mais ricos (as) do mundo, elas são apenas um por cento. Não que a concentração de renda seja algo positivo, mas com tal estatística está-se mostrando o quanto as mulheres estão basicamente na esfera de produção e reprodução e não de poder, tampouco se beneficiando dos resultados de seus trabalhos.

Se analisados os índices quanto às mulheres que ocupam postos de presidência nas empresas brasileiras, ver-se-á que este número é de apenas 16,75,<sup>8</sup> por mais que os meios de comunicação em geral divulguem isto como um bom resultado. Admite-se, entretanto, que lentamente está havendo avanços, porém, ainda muito aquém daquilo que deveria ser se considerada a inserção delas no mundo do trabalho.

Na representação política nacional elas são, atualmente, dez mulheres senadoras de um total de oitenta e um e, quarenta e seis deputadas federais<sup>9</sup> dentre os quinhentos e treze, o que demonstra que ainda falta muito para o reconhecimento de liderança ou, mesmo, da capacidade das mulheres. Não raras vezes, a culpabilização recai sobre elas mesmas, mas pouco se questiona sobre quando as mulheres começaram a poder votar e ser votadas no Brasil.

É importante destacar que o cenário da sub-representação política das mulheres é mundial, com média de 16,8% de mulheres nas Câmaras dos Deputados ou Câmara Baixa no conjunto dos países que têm Poder Legislativo. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking (Rodrigues, Almira, 2009).

Em se tratando do caso específico das mulheres camponesas, contatamos que, por mais que o direito ao voto feminino no país tenha sido permitido em 1932, poucas delas, até 1988, possuíam documentos pessoais além da certidão de nascimento e/ou casamento e, desse modo, nem sabiam que poderiam votar. A pesquisa também revela que era comum usarem os documentos do marido ou do pai, no caso, a carteira de identidade (RG) e o cadastro de pessoa física (CPF), pois não possuíam os seus e, até mesmo não parecia ser tão necessários já

---

<sup>7</sup> Sempre Viva Organização Feminista. Caderno de Textos, 2005.

<sup>8</sup> Segundo Roberta Quaglio quando cita dados do IPEA.

<sup>9</sup> Fonte: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/06/materia.2008-03-06.0499588998/view>>. Disponível em 14 out. 2009.

que os órgãos públicos locais aceitavam essa situação. Desse modo, pensavam que também eram representadas no voto do pai ou do marido e que este exercício não lhes cabia, pelo fato de serem mulheres da roça, consideradas atrasadas.

Quando se tratava da condição inferiorizada das mulheres militantes do MMC, geralmente quando falavam de suas vidas ou mesmo da vida de suas mães e avós, o que mais parecia revoltá-las era justamente a desconsideração delas no cenário político e/ou de direitos. Neste sentido, uma das mulheres afirmava que começou a militância, a sair de casa, mesmo sendo mal falada na vizinhança, quando percebeu que sua mãe era a que mais trabalhava e, por ocasião de seu adocimento, foi considerada culpada por gastar o dinheiro da aposentadoria<sup>10</sup> de seu marido.

De acordo com observações realizadas, percebemos que a própria condição vivida pelas mulheres gerava revolta e indignação. No entanto, faltava algo que pudesse evidenciar os descontentamentos, bem como o que teriam para reivindicar a partir deles. Neste sentido, o papel das Organizações torna-se fundamental, pois estas têm como tarefa primordial aglutinar sentimentos coletivos e transformá-los em pautas de luta. Sobre isto uma militante esclarecia que, por ser da roça, tinha muita vergonha e sempre se sentiu “pequena” frente à pessoas da cidade e estudadas. Mas, em determinada ocasião, representando o Movimento, no início da década de 80, se sentiu encorajada para dizer a autoridades, em audiência, o que pensava e o que estavam reivindicando. Salienta que, depois daquele fato, enfrentava quaisquer desafios, inclusive falar em público.

Ainda, com relação às formas pelas quais se exerce a dominação sobre as mulheres, que as leva ou as mantém subalternas e, junto a isso, a construção de um imaginário social, podemos refletir a respeito da violência física, que não deixa de também ser ou estar perpassada de violência simbólica. Segundo dados disponíveis,<sup>11</sup> o Estado brasileiro gasta 10,5% do PIB com a chamada violência doméstica, a qual, via de regra, é cometida por homens contra as mulheres. Para além dos números e das cifras, há outras sanções ao sexo feminino, como as violências das proibições de saírem de casa, das ameaças e coerção, as quais acontecem cotidianamente e ficam por conta da cultura de obediência imposta a elas, na maioria das vezes culpando-as pela situação em que se encontram.

Romper com a cultura hegemonicamente patriarcal parece ser um dos grandes desafios

---

<sup>10</sup> Anterior a 1988, o direito previdenciário era conhecido como Fundo Rural e equivalia ao recebimento mensal de metade de um salário para homens trabalhadores rurais com mais de setenta anos de idade. Mulheres não se aposentavam, a menos que o marido viesse a falecer.

<sup>11</sup> GERÔNIMO, Irene Marinheiro, 2009.

da humanidade, tendo em vista superar dicotomias do ponto de vista das oprimidas e exploradas. Freire (1987) afirma que são os oprimidos que precisam reagir frente à opressão, pois não se espera que o opressor, que está em posição confortável, vá, de forma harmoniosa, conceder poder a quem está em condição de desvantagem.

Na seção que segue, evidencia-se o feminismo como movimento impulsionador e aglutinador das demandas femininas, como uma das contradições do patriarcado. Como resultado da pesquisa realizada, trazemos dados do MMC e as vozes de seus sujeitos que já ousam dizer suas palavras, como diria Freire. Tais discussões são articuladas enquanto “rompimento de silêncios”.

### O rompimento dos silêncios para construir novas formas de cultura

Pelo que é possível saber da história da humanidade, as vozes das mulheres pouco aparecem de forma incisiva nas questões políticas, mas isto não significa que elas não fizessem política. Talvez não tivessem espaços nos impérios e repúblicas, por serem consideradas impuras, porém, contrariando a ordem, seus silêncios ou silenciamentos falavam e apontavam mais do que se possa imaginar. Pouco se fala de Safo, das mulheres hetairas, de Axioteia e Estemia.<sup>12</sup> Ademais, parece ainda haver uma grande parte de pessoas sedenta de dizer suas palavras e ser ouvida. Dentre estas, estão as mulheres camponesas, *mulheres do mundo das pitangueiras*.<sup>13</sup>

Longe de afirmar que as lutas das mulheres iniciam com o feminismo, mas como forma de luta organizada e de conotação política, ressalta-se o movimento feminista. Ele possibilitou e possibilita a expressão pública dos milhares de anos em que as mulheres resistiram e subverteram mais ou menos silenciadas e invisibilizadas na história. Foi possível, por meio dele, ações politizantes e politizadoras de forma massiva, de modo a incomodar a lógica patriarcal com seus instrumentos de dominação.

“O que elas reivindicavam era a supressão do patriarcado, muito mais antigo e mais profundo do que a sociedade de classes” (Muraro, 2002, p. 133). Bourdieu, por sua vez, traz contribuições para reflexão ao afirmar que a noção de mundo é falocêntrica, construída socialmente na diferença de sexos: “Há uma diferença natural entre os corpos biológicos e a

---

<sup>12</sup> Safo, poetisa grega homossexual. As mulheres hetairas frequentavam a academia de Platão sendo, que muitas eram prostitutas de alto nível, e dentre elas se pode citar Axioteia e Estemia, de acordo com Muraro, 2002.

<sup>13</sup> Expressão criada para expressar o mundo camponês, com suas bonitezas, gostosuras, se pautando, na medida do possível, pela natureza, pela reação intrínseca que há entre as mulheres e sua produção da vida no trabalho.



diferença social entre duas essências hierarquizadas” (1995, p. 149). Constatamos que é justamente função dessa hierarquização, inclusive do ponto de vista do poder e da violência simbólica exercida hegemonicamente pelo masculino, que foram e continuam sendo necessárias as contestações de tais movimentos. Neste sentido

Só uma ação coletiva visando organizar uma *luta simbólica* capaz de pôr em questão praticamente todos os pressupostos tácitos da visão falonarcísica de mundo pode determinar a ruptura do acordo quase imediato entre as estruturas incorporadas e as estruturas objetivadas, que é a condição de uma verdadeira conversão coletiva das estruturas mentais, não somente entre os membros do sexo dominado, mas também entre os membros do sexo dominante, que só podem contribuir para a libertação ao se libertarem do ardiloso privilégio (Bourdieu, 1995, p. 175).

Concordando com o autor, salientamos a importância da luta das mulheres em movimentos, especialmente feministas, em vista de se contraporem à “ordem estabelecida.” Pelo que temos percebido e apreendido na militância, se as mulheres não forcingem mudanças diante daquilo que consideram relevante em vista de nova cultura, as coisas permanecem do jeito que estão, ou seja: continuaremos subordinadas e subestimadas, tendo que provar constantemente que somos capazes de algo.

Sabemos que os movimentos feministas no Brasil se estruturam com maior conotação do final da década de 60 em diante, e segundo Cestari (2008), enquanto na Europa as discussões eram em torno da sexualidade e direitos reprodutivos, no Brasil a luta feminista se dava pela redemocratização, pela anistia política e por questões relativas ao mundo do trabalho, como direitos, por exemplo. Após um momento inicial, do feminismo encontrar espaços no campo acadêmico, passa a ser inserido nas lutas das operárias do ABC paulista, pautando questões trabalhistas. Desta forma, se pode afirmar que este foi um dos primeiros espaços possibilitadores de as mulheres dizerem suas palavras e afirmarem suas diferenças de maneira expressiva, pois organizadamente começaram a se dar conta de que não eram iguais aos homens.

Logicamente que, pelo acesso a informações e debates teóricos que já aconteciam nas universidades e em diversos grupos dispersos nas principais capitais do país, as mulheres urbanas de classe média foram as precursoras do feminismo. Por outro lado, as camponesas, as quais iniciavam suas Organizações coletivas de reivindicação específicas, propriamente no início da década de 80, ainda estavam à margem deste tipo de debates. As poucas informações que chegavam até elas não as conseguiam convencer da importância de tal movimento, até pelo fato de haver maior conservadorismo e maiores restrições a espaços públicos no campo.

Neste sentido, é esclarecedora a fala de uma das militantes,<sup>14</sup> de que elas, quando tentavam construir a Organização, não puderam dizer-se feministas. Segundo ela, se assumissem o feminismo de forma explícita, não teriam conseguido se firmar como Organização, pois a maioria das igrejas faziam intensivos discursos contra o ideário feminista, acusando-o de ser instrumento de destruição das famílias e libertinagem, depravação sexual, algo extremamente combatido.

Segundo Paludo (2009)<sup>15</sup>, verificamos ainda que as principais lideranças do Movimento de Mulheres eram motivadas pelos debates da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base no seio das igrejas progressistas. Logo, não tinham como romper com estas instituições repentinamente, até pelo fato de serem (as lideranças), de certa forma, progressistas e, naquele momento, não representarem uma necessidade mais urgente.

Percebemos, então, esta grande contradição: de um lado, a existência de uma parte das igrejas contribuindo para o avanço da luta das mulheres, e, de outro, o conservadorismo moralista, que tentava impedi-las de ir além do espaço de “rainhas do lar.”

De acordo com Paludo (2009), as mulheres camponesas iniciaram suas lutas organizativas e expressivas a partir de debates progressistas eclesiais e sindicais. Posteriormente, os debates internos e a própria conjuntura as fez buscar autonomia na medida em que as instituições de apoio retrocederam, estagnaram, ou tentavam conduzir as lutas das mulheres. Elas já estavam num processo um tanto avançado de aprendizados e ousadias, tanto é que conseguiram romper com a dependência ao passo que ampliavam debates e práticas políticas e politizadoras.

Em conversa informal durante a pesquisa, uma das mulheres argumentava que a saída de casa por parte dela, para participar da Organização do Movimento que se formava, tinha que ser respaldada, inclusive pela família, por isso não se falava em feminismo. A saída do espaço da casa para o âmbito público da sociedade era visto quase como um disparate para uma mulher da roça e, conforme a mesma militante. Segundo ela, as críticas eram duras e, devido a esse fator, era necessário ser uma mulher de moral reconhecida na comunidade pelo fato de estar se fazendo liderança, caso contrário não teria credibilidade e seria difamada.

É interessante ressaltar que a mesma depoente falava de estratégias (que montava) para conseguir sair de casa e, ao mesmo tempo acreditava construir outra forma de relação

---

<sup>14</sup> A entrevistada cujo pseudônimo é Taxua, fez parte da criação de uma das primeiras organizações populares de mulheres do RS, em abrangência estadual. Trata-se da Organização das Mulheres da Roça<sup>14</sup> (OMR), cujo surgimento é do ano de 1983.

<sup>15</sup> Organizadora do livro do MMC/RS.

com seu companheiro. Falava também que este seu companheiro era pressionado por outras pessoas da comunidade, mas a relação de confiança entre ambos se fortalecia, pois ela mesma conseguia ver e ler a sociedade com outros olhos, mais politizados.

Sobre esses aspectos, salientamos que, por mais que pareça algo simplório, tais estratégias e construções feitas por esta e tantas outras mulheres para poderem estar além do espaço de suas casas, filhos (as) e trabalhos faz parte do que pode ser chamado de rompimento com a cultura subalterna. Pelo que se sabe, as mulheres faziam e fazem certas alianças entre si e com as crianças e, desta forma, muitas vezes, em solidariedade, conseguem subverter certos costumes e normas sociais e morais.

Conforme depoimentos das militantes, as quais participaram dos primeiros atos públicos e marchas organizadas pelo Movimento, ocorridos em cidades polos, bem como na capital do estado, as mulheres camponesas eram mal recebidas e rechaçadas pela sociedade em geral. De parte da sociedade, diziam que lugar de gente da roça é na roça e não na cidade e, por vezes se ouvia: “Vão trabalhar vagabundas!”

O fato de as mulheres da roça saírem às ruas fazendo reivindicações ao Estado na década de 80, enquanto organizações sindicais ou populares autônomas ou não de mulheres, possibilitou-lhes visibilidade e conquista de alguns direitos. Trata-se do reconhecimento da profissão com direitos previdenciários segundo a Lei de Segurados (as) Especiais<sup>16</sup>. Para as camponesas, seguramente, este foi um dos marcos importantes no rompimento com a invisibilidade a que estavam submetidas até então. Sobre isso Martins (1989, p.123) argumenta que “há uma contracultura do possível no interior da cultura popular que não é transparente ao próprio subalterno”.

Para refletir sobre a citação do autor, a fala de uma militante talvez consiga descrever o que se passava, quando afirmou: “Saí para a rua para ir em busca de meus direitos, porque ficando em casa sabia que a vida não mudaria nada, era sempre daquele jeito. No início não se sabia bem certo no que iria dar o Movimento, mas sabíamos que precisávamos de muitas coisas e que alguém teria que nos ouvir<sup>17</sup>.”

Outra entrevistada lembra que “éramos mal faladas na comunidade, mas eu não fiz conta disso e continuo saindo de casa até hoje. Quase tudo o que sei é graças ao Movimento e foi nele que me dei conta como eu não sabia das coisas. Agora sei que podemos mudar e melhorar nosso jeito de viver e nossas vidas, pois é na luta que a gente se encoraja”.

---

<sup>16</sup> A qual garante aposentadoria de um salário mínimo para as mulheres da roça, em regime de seguradas especiais aos 55 anos de idade e aos homens aos 60.

<sup>17</sup> Argumentação de Maria Bonita, colhida em outubro de 2009.

Deste modo, constata-se avanços significativos na luta das mulheres, motivados principalmente pela força exercida desde suas organizações e contestações nos mais variados espaços, cada qual de acordo com as suas possibilidades. Atualmente o MMC, como mais uma Organização que faz enfrentamento ao patriarcalismo, tem elaborado algo em torno da cultura como proposição do que se busca enquanto Movimento, o qual é a expressão das militantes organizadas:

A cultura camponesa é entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo. (...) Neste sentido, a garantia da autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho, o corpo e sobre o modo próprio de vida é um dos aspectos essenciais de um campesinato renovado, que re-significa o modo de ser e viver de nossos ancestrais, negando todas as formas de opressão e dominação, tanto do patriarcado como do capitalismo e outros modos de produção. Além disto, também é importante o fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, literatura de cordel, repente, festas típicas, cirandas, entre outras. Vale destacar a necessidade de garantir a valorização e o reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento da vida camponesa (MMC Brasil, 2007 p. 13).

Os registros das vozes ouvidas na pesquisa confirmam que as mulheres, em sua luta organizada, perceberam a importância da ação coletiva em Movimento, o que lhes possibilita força. Desta forma, podem forjar e politicamente construir alternativas diferentes do que se tem como “natural” em relação a si próprias como mulheres camponesas.

O estudo apontou também que elas demonstram clareza de que somente a luta por direitos não basta, pois a sociedade capitalista patriarcal reinventa novas formas de exploração e opressão. Nos últimos anos, em manifestações alusivas à data de oito de Março, o Movimento tem evidenciado fortemente a reivindicação do direito a permanecerem na roça e pela produção de alimentos saudáveis. Ou seja: esta é uma contracultura frente à hegemonia das políticas em prol do agronegócio e dos transgênicos.

O rompimento com uma identidade subalterna e a(s) invisibilidade(s) construída(s) historicamente, bem como a construção do empoderamento e da libertação enquanto mulheres é difícil de mensurar e até mesmo de descrever. Mas, no caso da pesquisa realizada, tivemos que seguir alguns caminhos possíveis em vista de algumas comparações e apontamentos. Questões temáticas sulcaram as entrevistas e, para este artigo, elegemos alguns tópicos para análise, a saber: a questão do acesso a terra; posse de documentação que comprova a profissão

de trabalhadora rural<sup>18</sup> e, sobre a participação nas decisões da unidade de produção.

Com relação à questão do acesso a terra, Falci (2004) afirma que, de forma geral as mulheres no Brasil foram postas de lado, pois até a Constituição de 1988 as camponesas não tinham esse direito reconhecido, como titulares nos documentos de posse. Diante desse fato, pode-se concluir que a cultura de comando da propriedade não era comum às mulheres, apesar de a mesma autora constatar que ao longo da história da pequena agricultura, as mulheres trabalham maior tempo que os homens, inclusive conciliando tarefas. Para termos uma ideia de pesquisas recentes que mostram a situação das mulheres com relação à posse de terra, vejamos as constatações de Carmen Deere (apud Moraes, 2009) quando afirma que:

a posse entre mulheres e homens é destoante. Os homens detêm 89% da terra enquanto que as mulheres 11%. Há diferenças também, nas formas de aquisição. Por herança são 54,2 de mulheres por 22% dos homens, por políticas do Estado são 0.6% para mulheres e 1% para os homens, através de compra 37,4% mulheres e 73,1% homens.

Numa amostragem significativa na pesquisa, foram aplicados questionários a setenta mulheres, de vinte e quatro diferentes municípios do Rio Grande do Sul, mediante os quais constatamos que a média geral de quantidade de terra nas famílias é de 14,54%, o que não foge à média das pequenas propriedades no Estado. Outro dado que chama atenção é que 27,87% das pesquisadas disseram que vivem e produzem em terras que estão em nome de outras pessoas, sendo parentes próximos (sogros) ou terceiros.

Para além disso, os dados da pesquisa mostram que 47% das mulheres possuem o título da terra em conjunto com o cônjuge e 11% delas, sendo solteiras ou viúvas, possuem título de posse somente em seus nomes. Dentre as mulheres casadas pesquisadas, o percentual de títulos de terra em nome do marido/companheiro é de 13,1%, o que é um número expressivamente baixo se comparado aos dados medianos no Brasil. Calculado o número de mulheres com posse de terra individual ou com o cônjuge, chegamos a um percentual de em torno de 78%, sendo que, no nosso entendimento, tal dado demonstra que as mulheres estão se empoderando, pois acredita-se que discussões para garantir o exercício de direitos constitui um grande avanço frente a desconsideração de tanto tempo.

Sobre o Pronaf,<sup>19</sup> dentre as mulheres camponesas militantes do MMC/RS,

---

<sup>18</sup> Chamado Bloco de Notas ou Bloco Modelo 15 no Rio Grande do Sul. O mesmo ainda não é uma política nacional, sendo instituído mediante legislações estaduais. É o principal documento que comprova o vínculo de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

<sup>19</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – em forma de crédito subsidiado para a

constatamos que 76,5% o acessam e, ainda, que entre o percentual das que não acessam o programa, são solteiras e moram com os pais, ou não possuem terra própria e, em torno de 11,4% não responderam esta pergunta. Tais dados revelam e são endossados pelas falas das próprias militantes pesquisadas que a participação no Movimento foi e continua sendo elementar para o reconhecimento de sua cidadania ou de sua *campesineidade*.<sup>20</sup>

A maior parte das mulheres disse acessar o Pronaf após o ano de 2004, quando foi criado e instituído o Pronaf Mulher, sendo que o mesmo foi uma reivindicação do MMC, pensado em outros moldes do que o que foi estabelecido, inclusive com vistas a práticas agroecológicas. Contudo, um bom número das pesquisadas já acessava o recurso anterior a esta data, o que sugere participação nas decisões na propriedade, algo não tão comum no geral do campesinato.

Outro elemento escolhido para análise, como já mencionado anteriormente, foi o acesso ao Bloco de Notas, um dos principais, senão o principal documento, que comprova a profissão de agricultoras, camponesas. Neste caso, 92,06% possuem o documento, sendo 76,19% em conjunto com o cônjuge e 14,28% em seus nomes, sendo solteiras ou viúvas. Constatamos, entre as entrevistadas casadas, a não ocorrência de camponesas sem o referido documento que apresenta a relação de nomes dos membros da família.

Já entre as solteiras, a maioria menores de 20 anos, diz não constar seus nomes junto ao documento na relação dos membros da família. Dentre as solteiras acima de 20 anos, todas possuem o documento.

O Bloco de Notas, além dos documentos pessoais, é a principal exigência para fins de aposentadoria e imagina-se que este fator influi fortemente no grande número de mulheres com tal acesso. Ressalta-se, entretanto, que a conquista para o acesso ao Bloco, frente a instituições governamentais e sindicais do final da década de 80 e início de 90, foi fruto de árduas e constantes lutas do Movimento de mulheres camponesas. Nas entrevistas, as mulheres demonstravam orgulho por possuírem seus documentos não precisando mais “pedir favor”, reconhecendo o papel da Organização.

Das lutas por reconhecimento no campo das políticas públicas às reivindicações e contestações atuais frente ao sistema, por exemplo, pelo direito de produzir alimentos saudáveis, a qual pode ser considerada uma bandeira do MMC nos últimos anos, percebe-se ações de resistência das militantes, tanto no espaço público quanto no espaço de sua unidade

---

pequena agricultura.

<sup>20</sup> Visto que o termo cidadania é relacionado à cidade/cidadãos, falamos em *campesineidade*, de camponesas do campesinato.

de produção. Como são as mulheres que diretamente se envolvem com a alimentação das pessoas da família, são elas que cultivam a maioria dos produtos consumidos pelo grupo familiar. Desta forma, a resistência em manter sementes crioulas fazendo trocas e conservando espécies cabe majoritariamente a elas, o que de certa forma lhes proporciona certo poder.

Verificamos, na fala de algumas pesquisadas e também em observações de suas conversas, que com o atual modelo agrícola, o qual vem ao encontro da utilização de sementes híbridas, alta mecanização das lavouras com uso de sementes transgênicas, elas resistem o máximo que podem, para garantir que a produção para consumo seja sem agrotóxico. Neste caso, suas percepções vão além do lucro ou do considerado “mais fácil”, por mais que admite ser uma batalha dura. A politização deste tipo de debate aparece no que uma das militantes chamou de aumento de consciência que se deu por meio do Movimento.

Mais que os dados demonstram e para além das poucas falas evidenciadas, consideramos importante ponderar as muitas construções estratégicas feitas pelas mulheres. Mesmo em situações adversas no cotidiano do que tem sido o campesinato e suas vidas nele, elas buscam ser felizes e, nas palavras delas, “viver melhor”. Quando descobriram a possibilidade de luta, perceberam que ela proporciona esclarecimentos e conquistas, que não podem ser descolados de resistências individuais e coletivas. Sabem que não são mais as mesmas se comparadas ao período em que não estavam organizadas e, se de alguma forma são estereotipadas por causa disso, isto já não lhes causa sofrimento.

O “mundo das pitangueiras” começa a ser percebido na medida em que se põe obrigatório ser perceptível, mesmo como um incômodo. As mulheres camponesas que trilham organizações populares, recentemente assumindo o feminismo, não são mais tão discretas o quanto parecem, ou o quanto foram ditas que o eram.

## Ousadias e Empoderamento

Nesta seção, como tentativa de finalização do texto e não do debate, trazemos algumas reflexões como considerações finais a partir do que mostrou a pesquisa enriquecida por diálogos com autores e autoras. Ousadia e empoderamento pareceram ser coisas sempre convergentes e, por vezes, unidas no que diz respeito às conquistas das mulheres camponesas.

Uma das questões que merece ser ressaltada é o fato de considerar que as mulheres camponesas, com a contribuição do feminismo, abrem espaços rompendo o silenciamento e o

ocultamento sobre si enquanto sujeitos. Isto a partir de quando, coletivamente, se organizaram e decidiram sair do espaço privado para ocuparem as ruas, quando necessário, e outros espaços públicos reivindicando direitos. Nas falas das pesquisadas, elas demonstram orgulho em terem feito essa trajetória e afirmam o grande aprendizado alcançado, inclusive no campo político.

Outro aspecto a destacar na investigação refere-se à identidade e à autonomia da mulher camponesa, ou seja: há algo que lhes possibilitou mais reconhecimento e menos vergonha e humilhação. Trata-se da possibilidade de possuírem os seus próprios documentos, como que dizendo “eu sou gente e não mais a sombra do pai ou do marido”. Elas afirmam poder andar de cabeça erguida, pois, diante de tal fato, sentiam-se culpadas pelos menosprezos da sociedade e não conseguiam saber por que isto acontecia.

Diante do exposto, estamos convencidas de que fazer parte do Movimento contribui para o empoderamento das mulheres camponesas, mesmo que as mudanças ocorridas aconteçam a passos lentos, pois alterar elementos culturalmente arraigados só é possível com ousadia coletiva. Corroborando esta ideia, afirmamos que a construção de novas culturas em prol de identidades não subalternas ou mais libertas torna-se possível quando, concomitantemente, as lutas são feitas no âmbito de casa/privado e no espaço público. Como assinala Beauvoir:

A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume através de consciências alheias, o seu corpo e a sua relação com o mundo; (...) pensando esse passado, compreende-se com clareza que seu destino não se acha fixado na eternidade (2009, p. 928-929).

Ressaltamos, a partir das vozes trazidas pelas mulheres, que elas foram para a luta porque não queriam para si a vida que levaram suas mães e avós, como um destino trágico a ser seguido. Elas afirmam que aprenderam a ler a realidade a partir do Movimento e, nela, viram possibilidades de transformação por estarem, também, num outro tempo, o qual não é o mesmo de suas antepassadas. Foi enfatizado nos comentários delas, a necessidade de continuar a luta assumindo e construindo o feminismo, pois, em sua maioria elas já o entendem.

Concordam que fazer parte do Movimento não é algo fácil e que disso decorrem alguns conflitos, inclusive pessoais, pois vão se modificando e forçando transformações em suas famílias e outras relações que estabelecem na sociedade. Falam que o MMC é a faculdade a que não tiveram acesso, pois a maioria das entrevistadas possuem o ensino médio



incompleto. Disseram também, que o maior aprendizado proporcionado pelo Movimento é a conscientização e a compreensão de como funciona a sociedade.

A luta de resistência pelo fato de permanecerem na terra parece ser um dos maiores desafios deste momento, por mais que seja uma luta bastante silenciosa e individualizada. Há poucos investimentos na agricultura camponesa e falta de recursos mínimos, como acesso a transporte, boas estradas e escolas, fatores determinantes à permanência ou não na atividade.

Apesar de o campesinato pouco ser considerado, bem como seus sujeitos, constata-se que mulheres camponesas organizadas têm feito ouvir suas vozes e muitas de suas demandas. As pesquisadas acreditam nas formas de Organização coletiva para garantia e manutenção de direitos e, para além disso, contestam a ordem do estabelecido. Dessa forma constroem novas manifestações de cultura e de identidade, tanto é que reconhecem o avanço de seus processos de consciência crítica em vista desse *Novo* construído, a ponto de chegarem a falar de uma nova sociedade, a qual almejam.

Sabem, porém, que são diferentes, pois sempre são comparadas às mulheres urbanas, entretanto, não aceitam mais serem consideradas inferiores. Grande parte delas demonstra orgulho de ser da roça e de produzir alimento, porque sabem que, neste aspecto, as pessoas da cidade dependem do trabalho feito por elas. A passos firmes de onde talvez a sociedade tenha se acostumado a pouco esperar, estão eclodindo, atualmente, ruídos rompendo silêncios. São ruídos do “mundo das pitangueiras”, que parecem ser tão simples, no entanto, a maioria das pessoas não consegue ler tamanha complexidade.

## PEASANT WOMEN AND A BREAK WITH THE SUBALTERN CULTURE

### Abstract

This article makes a socio-cultural-historical approach to the peasant women, in an attempt to show they made progress in overcoming the constructed inferiority historically ascribed to them in the patriarchal society. For this purpose, we brought evidence from the realm of demand for public politics regarding empowerment and liberation, stressing the importance of the participation and the construction of the Women's Organizations in this process. The data presented are from literature searches, from elements of the militant insertion in the Movement of Rural Women (MMC) as well as from questionnaires applied to 70 militants of the MMC of twenty-four districts in seven regions of the state of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Rural women. Fights. Organization. Empowerment. Culture.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: memória e sociedade*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre. Vol 20, n. 2. Jul./dez. 1995. p. 133-184.
- CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Tradução de Luis Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007
- CESTARI, Mariana. *O Movimento Feminista e os Movimentos de Mulheres na América Latina na década de 1970: Brasil e na Argentina*. Juiz de Fora, MG: UFMG; ENFF, 2008. (Trabalho de Conclusão de curso de pós Graduação em Estudos Latinoamericanos).
- DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos da propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. PRIORE, Mary Del. In: *Histórias das mulheres no Brasil* (org). São Paulo. Contexto/UNESP, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 32 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GARRAFA, Rodolfo Sánchez. Identidad cultural y demandas de interculturalidad. *Contexto & Educação*. Ijuí. N. 79. Jul./dez. de 2008. p. 105-127.
- GERÔNIMO, Irene Marinheiro. *A violência sexista e a Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://www.pianco.com.br/canais/suaopiniao/1.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão na noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MORAES, Silvia. *Diferenças e desigualdades de gênero: a questão do acesso e do poder entre mulheres e homens no meio*. Disponível em: <<http://www.textolivre.com.br/artigos/20157-diferencas-e-desigualdades-de-genero-a-questao-do-acesso-e-do-poder-entre-mulheres-e-homens-no-meio>>. Acesso em: 14 out. 2009.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Documento Político da Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis. Passo Fundo, 2007.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

\_\_\_\_\_. *Memórias de uma mulher impossível*. 5. ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2004.  
QUAGLIO, Roberta. Mulheres ocupam cargos de chefia. Disponível em:  
<<http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/jornal/2005/junho/pesquisar.htm>>.  
Acesso em: 20 nov. 2009.

PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida*. São Leopoldo:  
CEBI, 2009.

RODRIGUES, Almira. Mulheres e eleições 2006 no Brasil. Disponível em:  
<[http://flacso.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=888&Itemid=47](http://flacso.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=888&Itemid=47)>.  
Acesso em: 20 nov. 2009.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Caderno de Textos*. São Paulo. SOF e  
REMTE, 2005.

**Recebido em:** junho de 2010  
**Aprovado em:** novembro de 2010